

Não tendo sido extraídas «conclusões» dos três dias de trabalhos, nem por isso se pode dizer que importantes decisões deixaram de ser tomadas no Congresso. Estas são, em síntese,

# As moções aprovadas

**N**o final do Congresso foram aprovadas por unanimidade as doze moções que a seguir transcrevemos, salientando-se que as duas últimas foram também por aclamação.

## Pesar

«Manifesta profundo pesar pelo falecimento do escritor, ensaísta e filólogo brasileiro Aurélio Buarque de Holanda, cujo «Dicionário da Língua Portuguesa» tem constituído importante fonte de consulta e instrumento de trabalho para autores e estudiosos do idioma em que se exprimem literariamente.»

## Inquietação

«Tendo tomado conhecimento da situação criada aos escri-

tores portugueses pela recente legislação fiscal, partilham a sua profunda inquietação em face das respectivas disposições que lhes são aplicáveis, e que revelam um total desconhecimento da especificidade que caracteriza a criação literária e artística e a natureza irregular e aleatória dos rendimentos que dela provêm, onerando-os injustamente e desmotivando-os para o trabalho criativo, o que não pode deixar de redundar em grave prejuízo para a produção cultural, pelo que recomendam ao Governo Português revisão dessas disposições legislativas.»

## Felicitação

«Felicitam o governo brasileiro pela iniciativa da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, com a participação activa e paritária dos sete países.

Manifestam o desejo de que

essa instituição seja fórum e meio de comunicação da cultura de todos os nossos países, promovendo e apoiando iniciativas que tenham em vista assegurar o pronto conhecimento das obras literárias e outros meios de cultura e bem assim o diálogo e a circulação dos escritores no espaço da língua portuguesa.

Desejam ainda que, na estrutura da instituição, seja assegurada aos escritores e outros agentes culturais dos sete países a necessária representatividade e participação.»

## Cursos

«Considerando o ensino em nível superior de extrema importância para as crescentes difusão e compreensão das nossas literaturas;

Considerando que as principais universidades dos nossos países vêm mantendo, faz algum tempo, cursos de literaturas em língua portuguesa;

Considerando tal exemplo merecedor não apenas de reciprocidade optativa, mas de eleger-se em positivo padrão;

Propomos que os escritores aqui reunidos aprovem a adopção de cursos das nossas literaturas nos currículos superior e universitários regulares e, nesse intento, enviem esforços junto dos Ministérios da Educação e da Cultura de cada país no sentido de que se efective esta resolução do I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.»

## Fundo de compensação

«Considerando que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa enfrentam sérias dificuldades no domínio da edição, e que impedem que os seus escritores sejam divulgados e conhecidos no exterior (...)

Tendo em conta o facto de que quando um escritor consegue publicar no estrangeiro a sua obra não chega a ser difun-

dida no seu próprio país, devido à falta de divisas para aquisição da mesma;

Propõe-se que seja criado um 'Fundo de Compensação' em moeda nacional de cada um dos países referidos, constituído pelo lucro das vendas dos livros editados no estrangeiro e que poderá vir a ser utilizado pelos editores para aquisições diversas em cada um dos países.»

## Isenções aduaneiras

«Considerando as dificuldades de ordem aduaneira que se verificam na importação de livros de literatura entre os nossos países;

Considerando que tal facto limita a interdifusão e conhecimento recíproco de nossas obras, decidiu:

Que cada uma das nossas associações, solicite dos respectivos governos, instrumentos legais que estabeleçam isenções

aduanейras relativamente à importação de obras de literatura de escritores, de língua portuguesa ou obras nos seus países traduzidas para português.

Enquanto tal não se concretizar, as nossas respectivas associações, deverão tentar encontrar medidas práticas que possam minimizar a actual situação.»

## Direitos de autor

«Que as associações que representam os escritores de cada um dos países enviem esforços no sentido da melhor defesa dos direitos de autor.

Assim, será conveniente, nos Países de Língua Oficial Portuguesa onde ainda não se tenha institucionalizado o direito de autor, que tal se verifique, bem como a necessária adesão a convenções internacionais em ordem a uma melhor protecção e defesa dos direitos de autor, e a promulgação de legislação



DIAS 2-4-8-10 e 14, ÀS 21.30  
DIAS 5 e 12 às 16.30

## FÍGARO

Ópera de

**JOSÉ RAMÓN ENCINAR**  
cenários, figurinos, luz e encenação  
**SIMON SUARÉZ**

COM

**RUY DE CARVALHO (Actor) -  
DOUGLAS NASRAWI (Tenor) - LUÍS  
ÁLVAREZ (Baritono) - MIGUEL  
SOLA (Baixo) - GREGÓRIO POBLA-  
DOR (Baixo) - MIGUEL LÓPEZ  
GALINDO (Baixo)**

e com os Actores

**HENRIQUETA MAYA - JULIE SER-  
GEANT - VICTOR RIBEIRO - CARLOS  
FONSECA - JOAO DE CARVALHO  
GUIDA MARIA - RUY DE MATOS  
MÁRIO PEREIRA**

e a participação da Orquestra da R.D.P.

MINISTERIO DE CULTURA  
Instituto Nacional de las Artes Escénicas y de la Música

M/6

# A celebração e as veredas

**A**s intermitentes faltas de luz do último dia de trabalhos do Congresso de Escritores Lusófonos não veio alterar substancialmente a ordem natural das coisas. A penumbra nunca perturbou conversas informais e este Congresso foi o exemplo de que, entre escritores, é mais apetecida a conversa no hall que a discussão teórica.

De facto, pode dizer-se que o I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa (a que teria sido mais coerente chamar Encontro) decorreu, sobretudo no hall da Fundação Calouste Gulbenkian. Entre abraços de velhos amigos que se reencontravam, conversas entre escritores que mutuamente se «conheciam» das páginas dos livros já escritos mas nunca tinham tido a oportunidade de trocar duas palavras e piadas acerca dos tempos de outrora — o Congresso foi uma enorme oportunidade de se estabelecerem (ou reatarem) relações informais entre escritores.

Instados a pronunciarem-se sobre os frutos colhidos nesta

magna reunião de criadores de idioma comum, a maioria dos participantes respondia que o principal mérito desta realização foi... ter-se realizado.

Há sete anos que a ideia andava em bolandas sem se lhe dar cumprimento por carências de ordem organizativa e financeira. Quando, finalmente, se realizou, a participação — pelo menos por parte dos portugueses — ficou-se pelo meio-gás. A maior parte das mais importantes vozes da literatura portuguesa de hoje não apresentaram comunicações. Ou, como aconteceu também nalguns casos, pura e simplesmente, não apareceram. Cardoso Pires passou por lá, Agustina estava a trabalhar, Eugénio nunca vai a «essas coisas».

Havia vozes críticas: o Congresso estava desorganizado, o temário não era aliciante, a preparação do evento foi feita «em cima do joelho». Críticas em conversas de hall que nunca tiveram expressão efectiva a não ser no momento em que, ainda no primeiro dia, uma Natália Correia agastada interpelou o poeta Egito Gonçalves, um dos membros da organização, para lhe dar conta — na voz altissonante que se lhe co-

nhece — do repúdio que lhe merecia o facto de o Ministério dos Negócios Estrangeiros ter apenas convidado os escritores estrangeiros para uma recepção no Palácio das Necessidades. «É um vexame, mais um ultraje do poder aos escritores portugueses» — dizia a poetisa.

Quanto ao tom generalizado de crítica surda que se foi instalando — sobretudo entre os participantes portugueses — Egito Gonçalves diria mais tarde: «Eu sei perfeitamente que há escritores capazes de fazer um congresso perfeito. Eu até podia indicar nomes, podia fazer uma lista de pessoas que seriam capazes de fazer um congresso perfeitamente perfeito, absolutamente perfeito. Só que por azar nosso esses escritores estavam todos muito ocupados neste momento. De forma que nós tivemos que fazer o congresso e... não somos perfeitos».

A ironia de Egito Gonçalves deixava também bem patente a ideia de que a organização se deu por satisfeita com o facto de ter levado a cabo um projecto que parecia eternamente adiado.

A escritora brasileira Ligya Fagundes Telles fez a síntese perfeita da opinião que a pouco

e pouco se foi generalizando entre os presentes: que este congresso foi um artifício formal para que se realizassem contactos informais que todos parecem achar da maior importância: «Estamos perante uma verdadeira celebração da língua portuguesa. Celebração essa que implica uma celebração também das veredas desta língua. As veredas são as várias formas linguísticas dentro da própria língua portuguesa. A língua é uma só e os estilos são múltiplos. Mas é importante, então, o facto de estarmos aqui a glorificar a língua em que nos descobrimos e somos descobertos. E também é importante no lado humano, nos contactos... É o que fica, o lado humano, a nossa condição. Mais do que a teoria. Ora, teoria é teoria... somos geradores da palavra, nós, os escritores. Este é um congresso de escritores. Os teóricos depois que duvidem de nós.»

O saldo que fica, é ineludível, tem a sua vertente fundamental nesses contactos humanos de que fala a escritora brasileira. E, também, na experiência acumulada por futuras realizações do género. Todos parecem desejá-las.

C.V.M.

# O (muito) positivo e o (pouco) negativo

adequada e a criação de organismos para a sua efectiva gestão.

## Solidariedade com Timor

Considerando que o direito de autodeterminação e independência dos povos, constitui uma das condições fundamentais da preservação, valorização e difusão da cultura e da criação literária; (...)

— Manifestar uma total solidariedade para com a luta dos escritores mauberes, em prol da sua total soberania bem como duma cultura nacional independente e da preservação e promoção da língua portuguesa no interesse do desenvolvimento cultural dos povos.

— Condenar todos os actos que bloqueiam o livre desenvolvimento da edificação de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

## Contra o apartheid

«Considerando que a guerra racista sul-africana de agressão contra Angola e Moçambique representa um autêntico holocausto e provoca a destruição massiva de escolas, a eliminação de professores e alunos, e consequentemente, afecta e perturba os centros difusores de língua portuguesa; (...)

Exprimem a sua total solidariedade com os povos e escritores irmãos de Angola e Moçambique;

Manifestam a sua disposição, como intelectuais e criadores, de contribuir para o desenvolvimento da cooperação entre os povos que falam a língua portuguesa.»

## Salman Rushdie

Considerando que, como criador da e pela palavra, o escritor necessita, de uma maneira inarredável porque conatural à sua própria condição, quer de completa liberdade de espírito para produzir à medida das suas opções e do seu tempo, quer da efectiva possibilidade de veicular as suas obras sem constrangimentos de qualquer espécie;

Estando cientes, além do mais mercê de um passado recente comum, dos malefícios que sobre a actividade criativa,

lança esse sistemático exercício mutilador que é a censura;

Decidem:

Reafirmar o seu intransigente comprometimento na preservação dos valores da tolerância e liberdade e na criação de condições que cada vez mais propiciem ao escritor, em inteira liberdade de opções e posicionamentos perante o mundo, desde que estas não comprometam a dignidade do homem, dos Povos e os seus direitos fundamentais.

Manifestar a sua indignação pela intolerável ameaça de assassinio do escritor Salman Rushdie, pelo que esses mesmos factos significam, em vésperas do século XXI, de dolorosa agressão, como tal sentida por todos os criadores.»

## Agradecimento

«Os escritores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, participantes no I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, cientes das múltiplas dificuldades com que se defrontaram os colegas portugueses na preparação e realização deste evento, quer individualmente, quer como membros da Associação Portuguesa de Escritores e da Sociedade Portuguesa de Autores, sentem-se na obrigação de exaltar a capacidade, dedicação e espírito de solidariedade por si manifestados, que propiciaram a criação de um clima adequado à plena consecução dos fins a que o Congresso se propôs.»

## II Congresso no Brasil em 91

O I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa decidiu:

1. Que os Congressos se realizarem de 2 em 2 anos, rotativamente, nos Estados de língua portuguesa;

2. O II Congresso terá lugar em 1991 no Brasil, precedido por uma reunião preparatória em S. Tomé e Príncipe, em 1990;

3. O III Congresso terá lugar, em 1993, na República da Guiné-Bissau;

4. É criada uma Comissão de Seguimento constituída pelos sete países, que promoverá a aplicação das Resoluções do I Congresso e, em consulta com as respectivas Associações, resolverá as questões pertinentes.»

1. A realização do I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa foi, qualquer que seja o balanço que se faça da sua organização e do interesse dos seus trabalhos, um acontecimento muito importante e significativo — e não só para as literaturas dos países que nele estiveram representadas: será um lugar-comum dizê-lo, mas não se pode deixar de o fazer, sob pena de se deixar na sombra ou no esquecimento o que antes de mais importa salientar. Como, embora muito menos relevante, não se pode deixar de assinalar o facto de o Congresso se ter efectuado na capital do país ex-colonizador dos países que se exprimem no idioma comum.

2. Com efeito, embora os escritores portugueses sempre tivessem sido, na sua imensa maioria, como os artistas e intelectuais em geral, antifascistas e anticolonialistas (designações que, pelo simples facto de serem utilizadas, causam a alguns, estranha «irritação», que vai muito para lá do explicável pelo uso excessivo, ou mesmo abusivo, que delas se fez no período «revolucionário»...); embora os escritores, como o povo português, tivessem sido vítimas do mesmo regime ditatorial que oprimiu os povos das colónias, e como os escritores dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa tivessem sofrido, em maior ou menor grau, censura, perseguições, prisões, exílios; embora, em suma, sempre uns e outros tivessem sido companheiros no sofrimento, na luta e na esperança — a verdade é que foi preciso quase uma década e meia sobre o libertador 25 de Abril e as independências dos novos países africanos, para que os seus escritores se reunissem num Congresso, que só pouco por tardio. Os seus escritores e, claro, os do Brasil, «irmão» que vive mais longe, mas é igualmente querido e até está muito bem colocado para compreender e resolver certas coisas...

Ora, isto significa que, por um lado, foi enfim possível ultrapassar dificuldades e obstáculos, designadamente de ordem política — e com inelutável repercussão na área dos apoios económicos, sem os quais é impensável uma organização como esta —, que até agora haviam impedido a realização do Congresso; e significa, por outro lado, que foi maior a premência deste encontro fraterno, ou pelo menos



## OPINIÃO

JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS

tendencialmente fraterno. Encontro que, mesmo limitado e padecendo de alguns «defeitos», tenderá a dinamizar novas, mobilizadoras e congregadoras acções e iniciativas, seja no âmbito exclusivo das relações entre os escritores e suas associações representativas, seja mesmo ao nível institucional dos países e seus governos, nomeadamente no campo da língua.

3. O simples facto de se realizar o Congresso foi, pois, significativo e importante; como foi importante ainda, como primeiro, e decisivo passo para criar uma outra dinâmica no relacionamento entre todos os escritores que se exprimem em português e, até, alguns daqueles que os estudam e ajudam a tornar mais conhecidos. Além disso, a defesa do fundamental património linguístico comum (chegados a este ponto, é costume referir um número de falantes que ninguém sabe ao certo quantos sejam, mas, em termos do ano 2000, se aponta para a casa dos 200 milhões!); o debate dos problemas inerentes à circulação e difusão do livro nos sete países de idioma comum, visando superar as dificuldades até agora existentes, em especial nos países africanos (o que naturalmente passa também pelo apoio dos governos — que o possam dar — através da abertura das linhas de crédito); o debate ainda dos problemas específicos dos próprios escritores enquanto profissionais, ou enquanto desejando — muito legitimamente — sê-lo, para isso reivindicando as condições indispensáveis; a reflexão sobre a intervenção dos escritores no processo cultural e mesmo na vida cívica ou política dos seus países, em especial daqueles que atravessam situações mais difíceis ou mesmo de guerra, como Angola e Moçambique — eram (e foram), naturalmente, temas, com muito interesse e actualidade, deste I Congresso e das suas conclusões.

4. Assim, estão de parabéns e merecem agradecimento todos

os que tornaram possível este I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, sete anos depois (sete!...), da sua realização ter sido decidida.

Destaque para a SPA e a APE, que o organizaram, para os secretários de Estado da Cultura e da Cooperação, e a Fundação Calouste Gulbenkian, que o subsidiaram, para os elementos da comissão executiva que, sem pertencerem ao núcleo das «estrelas» das letras, foram, com muito trabalho, os seus principais obreiros.

Dito o que se deve salientar que houve, compreensivelmente, notórias deficiências organizativas, até em aspectos em que à primeira vista elas não se justificariam (por exemplo: a falta de um quadro ou «placard» com a indicação do local e hora das comunicações — tema e autor —, que permitisse aos congressistas assistir aos que mais lhes interessassem), houve ausências lamentáveis, sobretudo no que toca à delegação brasileira e à de muitos escritores portugueses, que tinham obrigação (até moral) de participar, ou pelo menos estar, no Congresso, houve conclusões que poderiam ter sido formuladas e não foram, ou foram-no de forma menos elaborada do que se desejaria, ou não tiveram qualquer suporte, como também seria de desejar, nos próprios trabalhos e debates do encontro.

Acresce que, enquanto primavam pelo silêncio, ou, pior, pela ausência, muitos que deveriam estar presentes e dar um contributo activo para o Congresso, houve intervenções de qualidade e interesse pelo menos discutíveis, de respeitáveis e simpáticas pessoas que de escritores têm apenas a vontade de o ser e algum opúsculo publicado. Claro que seria indesejável, ou inadmissível, impedir alguém de apresentar comunicações, e menos ainda com base na apreciação da qualidade literária da sua obra — ou da falta dela... Mas já nada impediria duas coisas, que será bom se concretizem no II Congresso, a saber:

a) Que alguns escritores especialmente representativos pela sua obra, pela sua intervenção cultural ou cívica, sejam especialmente convidados, ou pelo menos instados, a apresentar comunicações e participar mais activamente nos trabalhos;

b) Que haja uma comissão, constituída por «indiscutíveis» — e há-os... — que decida quais as comunicações que, pela qualidade e/ou originalidade, ou pelo que de concreto digam ou proponham sobre certos temas específicos, devem ser lidas nas sessões de trabalho, com o subsequente debate sobre elas, e as que devem ape-

nas ser distribuídas pelos congressistas. É isto, de resto, que se passa na generalidade dos Congressos científicos — e não há outro modo de dar eficácia a um Congresso. A não ser assim, o que acontece — e foi o que de facto aconteceu, muitas vezes, neste I Congresso — é haver mais gente fora do que dentro das salas em que as comunicações são apresentadas.

5. Acentue-se, porém, que o convívio amigável, a fecunda e informal troca de impressões, pontos de vista, «contactos», é um dos aspectos mais importantes de um Congresso como o que agora se realizou em Lisboa. Estes convívios e estes contactos são indispensáveis para um melhor conhecimento e relacionamento entre os escritores dos sete países lusófonos, em qualquer parte do mundo que eles se encontrem, escritores que em vários casos, como atrás salientei, são até velhos companheiros de lutas e de anseios.

E não oculto a minha esperança que o aprofundamento dos laços entre os criadores literários dos «sete» contribua também para a maior aproximação, que a todos os títulos se impõe, entre os seus países e povos. A grande comunidade dos países de língua portuguesa deve ser uma realidade viva e dinâmica — e para tanto os escritores têm o direito e o dever de dar um significativo contributo.

Até por isto — além da hospitalidade devida àqueles que nos visitaram — francamente não compreendo, e lamento, a ausência total, ou quase total, de muitos prestigiosos ou prestigiados escritores portugueses. Não acredito que todos tivessem razões de ordem pessoal impossibilitá-los de estar presentes, e não admito que outras alegadas razões possam ser consideradas como boas para justificar tal ausência. Até do simples ponto de vista da «hospitalidade» e da cordialidade devido a alguns dos escritores vindos de longe e que gostariam de os encontrar...

A criação literária, como toda a criação, é um acto profundamente individual e solitário. Mas os escritores — e os artistas, os intelectuais em geral —, enquanto tais, ou pelo menos enquanto cidadãos com especiais responsabilidades, têm de ser gregários e solidários. De outro modo, além de pessoalmente não se prestigiarem, social e civicamente não cumprem as obrigações que também têm perante a comunidade e o povo: e dão razão àqueles que dizem, de certos escritores, que só lidos...

Na próxima edição

A intervenção de Oscar Lopes e mais ecos do Congresso